

**--- N.º 7/2022 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.**-----

--- Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, extraordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS -----**

---**PRIMEIRO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SEGUNDO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE, FREGUESIA DE CRUZ, FREGUESIA DE RIBEIRÃO E FREGUESIA DE FRADELOS, E A DEVIDA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 121.965,49 EUROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**TERCEIRO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 750.000,00€ (SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA AS PRÓXIMAS 4 ÉPOCAS DESPORTIVAS, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, 2025/2026, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUARTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA COLOCAÇÃO EM TERRENO SITO NA RUA DE SAMPAIO, N.º 1598, 4770-665 SEIDE SÃO PAIO DE UMA PEÇA DE SINALÉTICA DE IDENTIFICAÇÃO/ORIENTAÇÃO NA A7 REFERENTE À CASA-MUSEU DE CAMILO, NO ÂMBITO DO PROJETO «ROTA DE CAMILO – QUALIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO TERRITORIAL», COFINANCIADO

PELO PROGRAMA NORTE 2020. ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PELO VALOR ANUAL DE 1.020,00€ (MIL E VINTE EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**QUINTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO PARA FINS PUBLICITÁRIOS DE MOBILIÁRIO URBANO, CELEBRADO A 6 DE JANEIRO DE 2012 COM A SOCIEDADE ENIF – EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA, NOS TERMOS DA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SEXTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 1, DO ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**SÉTIMO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO BAIRO-DELÃES, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 1, DO ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

--- A Mesa, presidida por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e secretariada por Susana Patrícia Silva Ferreira e Carmem Rodrigues Araújo, verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JORGE VIEIRA AMARAL-----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA-----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA-----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES- **FALTOU-JUSTIFICOU** -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES-----  
---AVELINO FREITAS SILVA -----  
---BÁRBARA DANIELA FONTES SÁ-----  
---BEATRIZ SILVA ABREU SOUSA -----  
---BERNARDINO GOMES MARTINS-----  
---BRUNA JOÃO ALMEIDA RIBEIRO-----  
---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA-----  
---CARLA PATRICIA RODRIGUES VIEIRA -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----  
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----  
---CARLOS MANUEL MARTINS VALENTE-----  
---CARMEN RODRIGUES ARAÚJO -----  
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----  
---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO -----  
---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES -----  
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA -----  
---EDGAR LUÍS LOPES MARINHO PINTO-----  
---ELISA MARIA DOMINGUES COSTA -----  
---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----  
---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----  
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----  
---FIRMINO VILA VERDE COSTA -----  
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----  
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----  
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO -----  
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO- **FALTOU-JUSTIFICOU**-----  
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO- **FALTOU-JUSTIFICOU**-----  
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----  
---JOSÉ EDUARDO FERREIRA RIBEIRO-----  
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO-----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES -----  
---JOSÉ MANUEL CRUZ VALE-----

---JOSÉ MANUEL MIRANDA PEREIRA -----  
 ---JOSÉ MIGUEL TEIXEIRA CAMPOS -----  
 ---LILIANA MARIA MARQUES RIBEIRO -----  
 ---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA -----  
 ---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA SILVA -----  
 ---LUÍS SALVADOR AZEVEDO MONTEIRO -----  
 ---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----  
 ---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----  
 ---MANUEL LIMA SOARES -----  
 ---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA- **FALTOU-JUSTIFICOU** -----  
 ---MANUEL SILVA ALVES -----  
 ---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----  
 ---MARIA ISABEL CUNHA FREITAS SILVA -----  
 ---MARTA ISABEL SILVA AZEVEDO -----  
 ---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----  
 ---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----  
 ---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----  
 ---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----  
 ---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----  
 ---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA -----  
 ---RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----  
 ---RUI MIGUEL PEREIRA SANTOS -----  
 ---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----  
 ---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----  
 ---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----  
 ---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO (LUÍS ÂNGELO OLIVEIRA)** -----

---Informou que, por motivos políticos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Nuno Melo, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou à bancada do CDS-PP que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal.-----

--- **PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO Nº1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI Nº75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Eu começo esta minha intervenção, até a perceber como é que devo tratar Vossa Excelência aqui neste hemiciclo, Senhor Presidente ou Senhor Professor Doutor Presidente. Vou passar a fazê-lo com a mesma forma que Vossa Excelência se dirige a esta Assembleia, Senhor Professor Doutor Presidente. A mim e esclarecendo, também me pode chamar Senhor Doutor, Advogado, Engenheiro, há pelo menos quem me trate assim na praça pública recentemente em artigo da opinião, mas também me pode chamar Jorge Costa que a minha humildade chega para tanto e até é a forma de tratamento informal que eu prefiro, é o meu nome, fui batizado assim e gosto muito dessa simplicidade. -----

---Senhor Presidente, o PS vai abster-se nesta votação, porquê, a incerteza, a instabilidade, a inconstância, a falta de um planeamento e precisão certos, uma gestão *ad hoc* em cima do joelho. O PS não quer estar com este estado de coisas, não se quer imiscuir na forma que a Câmara se organiza, mas também, não quer pactuar com isto e daí a abstenção. Vossa Excelência, apresentou-se aos famalicenses como o continuador do Dr. Paulo Cunha, afinal dá mostras de ser um mau aluno dessa continuidade. Porque, de facto, a incerteza, a mudança constante de tudo, o deficiente planeamento, o *ex-libris* desta Câmara, Vossa Excelência deve ter mudado as suas equipas é um direito que lhe assiste, mas as marcas dessa mudança começam a ser óbvias para todos os famalicenses. E não há estados de graça quando alguém diz, eu estou aqui para continuar vinte anos, Vossa Excelência é que o afirmou publicamente, tendo afirmado e não estando a cumprir condignamente o seu papel o PS tem que se abster. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Para dizer que no âmbito desta intervenção, não percebi absolutamente nada do que foi dito. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 2ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS**

***EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU.-----***

***---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE, FREGUESIA DE CRUZ, FREGUESIA DE RIBEIRÃO E FREGUESIA DE FRADELOS, E A DEVIDA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 121.965,49 EUROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----***

***---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – A proposta é clara, só para dizer que é mais uma transferência de verbas para um conjunto de Freguesias, para que os Senhores Presidentes de Junta as possam desenvolver cada vez mais.-----***

***---PAULO PINTO (PS) – Eu honestamente não estava para vir intervir neste ponto, mas perante a resposta do Senhor Presidente da Câmara ao meu camarada de bancada, no último ponto em que diz que não compreendeu, acho que temos o dever de vir cá tentar explicar o sentido de voto do Partido Socialista para que não fique nenhuma dúvida. -----***

***---Primeiro, este assunto já foi bastante discutido na última sessão da Assembleia Municipal, mas é importante referir aquilo que nós entendemos que devem ser os pontos concisos na gestão autárquica. Em primeiro lugar, o Partido Socialista sempre foi e será a favor da delegação de competências, logo por um simples facto, confia nos autarcas eleitos, são aqueles que podem fazer uma política de proximidade e nesse sentido é política correta e que deve ser. Agora, está mais que na altura que esta Câmara Municipal, tenha um projeto realmente ambicioso e global e não exclusivo. Esta Câmara limita-se muitas vezes a transferir única e simplesmente algumas tranches de competências, quando poderia verdadeiramente e tinha a obrigação e o dever para com todos os famalicenses, de fazer um***

projeto totalmente global. Mas não, o que faz é um mero exercício de gestão entre o Presidente da Câmara e o Presidente de Junta. Senhor Presidente, perante isto, nos considerandos deste tipo de delegação de competências o Partido Socialista é favorável, mas perante este mero exercício de falta de projeto global o Partido Socialista terá que se abster. Espero que possa ficar devidamente esclarecido do sentido de voto do Partido Socialista.----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE VALE S. COSME, TELHADO E PORTELA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE SEIDE, FREGUESIA DE CRUZ, FREGUESIA DE RIBEIRÃO E FREGUESIA DE FRADELOS, E A DEVIDA ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 121.965,49 EUROS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E AS ABSTENÇÕES DO PS E DA CDU. -----**

**---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 750.000,00€ (SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA AS PRÓXIMAS 4 ÉPOCAS DESPORTIVAS, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, 2025/2026, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---LUÍS MIRANDA (PS) –** O tema que aqui nos traz é um tema simples, um tema que se prende com a assunção de um compromisso plurianual até ao montante global de setecentos e cinquenta mil euros para as próximas quatro épocas desportivas do nosso Futebol Clube de Famalicão, da nossa Equipa Feminina e não só. E naturalmente, votaremos a favor, porque concordamos em certa parte com a medida e também foi esse o entendimento dos nossos

Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, nós estamos em conformidade e iremos acompanhar esta posição. Não obstante, o facto de votarmos a favor, não nos demite de fazermos aqui as nossas considerações políticas. E há aqui alguns pormenores que nós queremos frisar, desde logo, impõe-se a este Executivo que trate todos os Clubes de forma igual, não quer dizer que se conceda os mesmos valores, mas que dê o mesmo amparo e o mesmo acolhimento que deu neste caso à Equipa do Futebol Clube de Famalicão. Todos sabemos que o Futebol Clube de Famalicão é o Clube grande da nossa Cidade, mas não pode ser o Clube grande apenas e só do nosso Município. É importante frisar, que há mais Associações Desportivas, há mais Clubes Desportivos que necessitam do apoio deste Município. E desde logo, porque sabemos e é conhecido, o Senhor Presidente fez aqui alguns contratos programa de apoio aos Clubes Desportivos, um em março no valor de duzentos mil euros, outro em abril de duzentos e vinte mil euros no apoio a várias Associações, mas estas duas tranches somadas estão muito aquém daquilo que foi o apoio prestado ao Futebol Clube de Famalicão, desde logo, porque se está a dotar este Clube de uma capacidade de planeamento e de organização, por exemplo, a quatro anos, porque é um apoio plurianual. É importante que os outros Clubes, também tenham essa capacidade de organizarem as suas épocas desportivas a um prazo longo com verbas dignas e justas àquilo que é a sua atividade. Aquilo que o Partido Socialista vem aqui dizer, é que se impõe a este Executivo uma igualdade de tratamento, uma igualdade de amparo, que não haja clubes que tenham tudo e que não haja Clubes que não tenham quase nada. Porque a propósito do Futebol Feminino, não nos podemos esquecer que o Senhor Presidente, o Professor Doutor Mário Passos, tem a responsabilidade desde logo no início ter retirado o pavilhão a uma Equipa de Futsal Feminino, ao Grupo Recreativo de Avidos e Lagoa, dizendo na altura, que já tínhamos Equipas de Futsal Feminino que chegue. Pois bem, Senhor Presidente, vou-lhe informar que duas Equipas vão cessar a sua atividade. E é importante que estas Equipas não tenham a necessidade de o fazer, porque vêm na Câmara Municipal um parceiro à altura para acolher jovens de formação e as equipas séniores com condições que lhes permitam potenciar o desporto na nossa sociedade. Quanto à proposta em si, reiteramos e votaremos naturalmente a favor, mas não podemos deixar de fazer aqui o recado de que o Clube da Cidade é efetivamente o Futebol Clube de Famalicão, mas pode ser visto como o Clube do Município. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Apresentou intervenção escrita do seguinte teor:-----

---“Reconhece-se na atividade desportiva um fator decisivo na melhoria da qualidade de vida, indispensável à educação integral dos jovens e na promoção da saúde e do bem-estar. Parece inquestionável as vantagens na utilização desta ferramenta como promotora na integração social e da afirmação internacional do País através do desporto de alta competição. Também na Constituição, defende-se e reconhece-se o Desporto como uma atividade democrática, e por isso, um direito de todos. No entanto, o desporto teve uma profunda evolução ao longo dos tempos e para além das evidentes áreas de intervenção – educação, combate ao sedentarismo, preservação da saúde e na afirmação internacional do País – a sua influência passou a verificar-se particularmente na economia. Cresceu a mercantilização do desporto e de determinadas modalidades, dissipando a real capacidade cultural e humanista, - e procurando sim, a obtenção de lucros financeiros a que esta área deveria ser alheia. Ignora-se estatutos de utilidade pública e a democratização da prática desportiva, que deveria obedecer a um projeto devidamente estruturado, em que os intervenientes públicos ou privados participam ativamente, respondendo a toda a população com o direito à prática desportiva para todos. Neste sentido, o grupo municipal da CDU manifesta uma real preocupação na grande desigualdade aos apoios das associações e modalidades do concelho. Sabe-se que o futebol é o “desporto rei” nacional e que move um grande número de adeptos, e em detrimento, não podemos negar uma constante desvalorização de determinadas modalidades e atletas, considerando as suas conquistas e prestações nacionais e internacionais como secundárias. É uma constatação diária, visível nos meios de comunicação social, nas transmissões televisivas, nos anúncios publicitários e até mesmo através do reconhecimento por parte das autarquias e do governo. Por estas razões, não podemos acompanhar favoravelmente uma proposta que em grande medida acentua a desigualdade entre modalidades e atletas deste concelho. Senão vejamos, um pedido de apoio que aponta a necessidade de expandir a sua Academia, com oito balneários, um campo de relva sintética, uma bancada coberta, gabinetes para nutrição, psicologia, coordenadores, treinadores e área administrativa... chega a ser ridículo se compararmos com as condições materiais e financeiras de outras associações, atletas e treinadores, que suportam e sustentam na totalidade a sua prestação. Lembramos, por exemplo, que ainda este mês, o Futebol Clube de Vermoim fez comunicar o terminar de um projeto (2006/2007),

e que o facto de jogarem na primeira divisão nacional de futsal feminino não impediu este desfecho. A nossa abstenção nesta proposta não desvaloriza o trabalho desenvolvido pelo Futebol Clube de Famalicão. A nossa posição serve para recordar a este município que em Vila Nova de Famalicão também temos andebol, artes marciais, atletismo, badminton, basquetebol, boccia, ciclismo, dança, futebol de salão, futsal, ginástica, hóquei patins (...) e que em algumas delas, falamos de modalidades sem estruturas ou com estruturas insuficientes para o desenvolvimento do trabalho do movimento associativo. Lembrar ainda, que pela crescente mercantilização, temos vindo a colocar limitações ao direito do desporto para todos e se estes apoios deveriam verdadeiramente servir seria para que o estrato social e as dificuldades económicas de qualquer criança, trabalhador, idoso ou pessoa com deficiência não justifique a escolha da associação e/ou modalidade”. -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Relativamente àquilo que aqui foi dito, deve haver uma bolha que não permite, digamos, ter uma visão de 360°. Famalicão tem recebido o prémio de Amigo do Desporto, com o descritivo associado que corresponde aos Municípios de Portugal, ou seja, de um País que mais investe no desporto, paga o desporto federado para todas as modalidades que são cerca de vinte e oito modalidades, paga todas as inscrições aos atletas, todos os exames médicos aos atletas, todos os seguros aos atletas, obras em quase todos os campos de futebol e também de outras modalidades desportivas. Nos últimos dois anos tivemos um aumento dos pavilhões gimnodesportivos em 50%. Temos um projeto para os séniores do nosso concelho, com cerca de quatro mil e quinhentos séniores “O Mais e Melhores Anos”, temos o “Projeto Móvel”, temos o “Famalicão Informa” já de uma forma descentralizada pelo Concelho, temos mais de trinta modalidades no Concelho, não terminou nenhum projeto desportivo relativamente ao Futebol Clube de Vermoim, já agora, o que cessou foi a equipa sénior e, portanto, não terminou nenhum projeto desportivo. Perante este cenário, este retrato, que evidencia bem o quanto nós apostamos no desporto, foi dito e foi dito conforme ouvimos. -----

**---TÂNIA SILVA (CDU)** – Aquilo que o Senhor Presidente apresentou agora nesta Assembleia, acaba por ser medidas transversais a todas as associações, aquilo que nós estamos a votar aqui hoje é uma proposta adicional, neste caso para o Futebol clube de Famalicão, que neste caso em concreto, é uma associação com estatuto de utilidade pública. E, portanto, nós sabemos e não é segredo para ninguém que o Futebol Clube de Famalicão,

os atletas, as crianças, todos aqueles que querem fazer parte da associação, todos aqueles que se integram na associação têm um custo adicional para se poder participar, certo. Aquilo que eu quero falar é que nós temos várias associações no Concelho em que isto não acontece, e se nós realmente temos que investir neste caso o valor seja ele qual for, e não quero comparar de maneira nenhuma as modalidades e o seu grau de importância, mas que seja efetivamente para apoiar estas associações em que os atletas entram e não têm qualquer custo para participar e praticar qualquer modalidade seja ela qual for. -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Basicamente para deixar aqui duas, três mensagens, a primeira, naturalmente, é a subscrição na íntegra de tudo aquilo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve o cuidado de explicar com o pormenor possível dentro das circunstâncias do tempo disponível. Na verdade, tem havido um esforço muito significativo por parte do Executivo no sentido de aproximarem as associações. Isto é, sabemos todos nós que as associações não têm todas a mesma dimensão, não têm todas as mesmas estruturas, são todas elas importantes e o mesmo acontece relativamente às modalidades praticadas, não têm todas a mesma dimensão, mas têm todas a mesma importância para aquilo que é uma verdadeira política desportiva que devem procurar ir de encontro a todos os gostos e a todas as necessidades, gostos em termos daquilo que são as opções de cada uma modalidade que gostam de praticar e necessidades no caso concreto, refiro-me ao desporto adaptado ou o desporto sénior, que tem uma especificidade que a Câmara também cuidou de tratar. Mas julgo que todos nós não pomos em causa esta atribuição do subsídio ao Futebol Clube de Famalicão, ele tem uma expressão financeira significativa é inegável, ninguém o contesta, mas julgo que o Clube também tem essa dimensão, tem hoje aquilo que não tinha no passado e era importante realçar. Nós não podemos confundir o Futebol Clube de Famalicão com a SAD do Futebol Clube de Famalicão que são duas estruturas diferentes e este apoio, é bom que se saiba, é para o Futebol Clube de Famalicão, não é para o Futebol Clube de Famalicão SAD. Em segundo lugar, nunca como nos últimos anos o Futebol Clube de Famalicão investiu em património como este. Ou seja, hoje há de facto, um centro de estágios que teve naturalmente também o apoio da Câmara Municipal e continua a ter, mas que é um investimento muito relevante, muito significativo, que eu julgo que o Futebol Clube de Famalicão em tempo algum o fez, isto obviamente é mérito dos seus associados e das suas direções. Deixar uma terceira nota, que esse esforço que tem sido feito no sentido de apoiar

todas as associações nas múltiplas vertentes, o Senhor Presidente da Câmara teve o cuidado de o dizer, seja na sponsorização, seja nas infraestruturas, seja no pagamento das inscrições, nos exames médicos, nos seguros de saúde dos atletas federados, seja o apoio financeiro por vezes logístico a eventos de natureza desportiva, queria dizer que o ano passado e podem conferir esse número de acordo com o relatório que consta na página da internet da Câmara, e que faz uma referência exaustiva a todos os subsídios atribuídos no ano de 2021 no campo desportivo, esse montante foi de um milhão quatrocentos e sessenta mil euros espalhado por todas as associações em todas as suas vertentes, também é aqui um esforço significativo que eu acho que deve aqui ser destacado. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO FUTEBOL CLUBE DE FAMALICÃO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 750.000,00€ (SETECENTOS E CINQUENTA MIL EUROS) PARA AS PRÓXIMAS 4 ÉPOCAS DESPORTIVAS, 2022/2023, 2023/2024, 2024/2025, 2025/2026, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DA CDU.-----**

**---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA COLOCAÇÃO EM TERRENO SITO NA RUA DE SAMPAIO, N.º 1598, 4770-665 SEIDE SÃO PAIO DE UMA PEÇA DE SINALÉTICA DE IDENTIFICAÇÃO/ORIENTAÇÃO NA A7 REFERENTE À CASA-MUSEU DE CAMILO, NO ÂMBITO DO PROJETO «ROTA DE CAMILO – QUALIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO TERRITORIAL», COFINANCIADO PELO PROGRAMA NORTE 2020. ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PELO VALOR ANUAL DE 1.020,00€ (MIL E VINTE EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---JORGE COSTA (PS) –** O PS continuará a fazer um esforço para puxar esta Câmara para mais e melhor. O PS continuará a afirmar-se como a verdadeira alternativa para as próximas

eleições autárquicas. De novo não vamos estorvar a atividade do Senhor Presidente e vamos apoiar favoravelmente este voto. Mas queremos lembrar a Vossa Excelência o seguinte, dar mil e vinte euros por ano num painel grande apenas num dos sentidos da autoestrada, quando o decreto-regulamentar 22-A/98 permite uma sinalética que é muito mais baratinha, como nós estamos habituados a ver, o Mosteiro da Batalha, Santuário de Fátima nos dois sentidos da autoestrada. Portanto, fica Vossa Excelência a saber que, apesar de nós não estarmos contra esta decisão, este projeto informativo, também não estamos distraídos e não deixamos de lhe apontar o dedo porque anda a gastar mal o dinheiro dos famalicenses, porque fazia melhor e muito mais barato, entendeu agora Senhor Presidente? -----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – O PSD não desconhece a existência de outdoors espalhados pela autoestrada que não tem nada a ver com esta sinalética. Não sei se fica mais barato ou se fica mais caro, sinceramente, não faço a mínima ideia, nunca licenciei nenhum, nunca acompanhei o licenciamento de nenhum desses painéis. Sei, no entanto, uma coisa, estamos aqui a falar de um painel que tem umas características específicas que chamo efetivamente à atenção pela sua localização no próprio espaço que é da via, que obedece a determinados requisitos e que há aqui uma uniformização, ou seja, nós estamos a falar de um painel que é exatamente igual ou que se aproxima em todos os outros que se pretende de facto distinguir um determinado património de uma determinada localidade, daí a razão de ser dele ser diferente, provavelmente, poderíamos como disse o Deputado Jorge Costa, eu admito que sim, que possamos obter um efeito parecido de divulgação, mas eu diria não com esta distinção, não com esta dignidade, não estou a dizer que os outros não são dignos, mas eu acho de facto, que a Casa de Camilo, a Rota de Camilo e a forma como nós a queremos divulgar merecem este pequeno esforço e merece de facto, que nós decidamos por uma decisão deste tipo, mais concentrada, mais especificada, é a nossa opinião. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Caríssimos, que haja cada vez mais e a cada reunião uma ideia clara para os famalicenses e para os Deputados desta casa. Aqui, discute-se política e a política do PS seria necessariamente nas duas autoestradas, Braga-Porto, Guimarães-Póvoa, sinalizar e assinalar a Rota de Camilo, interesse patrimonial da questão Camiliana e das instalações de Seide, e também que fique claro, que mil e vinte euros em dez anos são dez mil e duzentos euros. Mas não é só isso, porque o cartaz também se vai pagar ali a peso de

alma e basta ver as dimensões que ele aqui tem, a iluminação do cartaz e por aí fora. Continuamos convictos que há outras soluções, outro sentir em Famalicão.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA COLOCAÇÃO EM TERRENO SITO NA RUA DE SAMPAIO, N.º 1598, 4770-665 SEIDE SÃO PAIO DE UMA PEÇA DE SINALÉTICA DE IDENTIFICAÇÃO/ORIENTAÇÃO NA A7 REFERENTE À CASA-MUSEU DE CAMILO, NO ÂMBITO DO PROJETO «ROTA DE CAMILO – QUALIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO TERRITORIAL», COFINANCIADO PELO PROGRAMA NORTE 2020. ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PELO VALOR ANUAL DE 1.020,00€ (MIL E VINTE EUROS). TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----**

**---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO PARA FINS PUBLICITÁRIOS DE MOBILIÁRIO URBANO, CELEBRADO A 6 DE JANEIRO DE 2012 COM A SOCIEDADE ENIF – EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA, NOS TERMOS DA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

**---JORGE COSTA (PS) –** Vossa Excelência nas suas próprias palavras não entendeu nada do que eu disse no ponto um, e agora é que se vai ver aflito, porque eu digo à Assembleia, aos famalicenses, que “*mutatis mutandis*” dou aqui como reproduzido tudo quanto disse a propósito da discussão do ponto um, é latim, senhor Professor Doutor.-----

-Ora bem, de facto, como não percebeu eu vou voltar a repetir. Não ia fazê-lo, mas vou voltar a repetir. Incerteza, instabilidade, falta de planeamento correto, gestão *adoc* com decisões em cima do joelho, é o que está nesta proposta. Abrigos, uns em vez de outros, trocas a dizer, afinal mandamos construir abrigos, mas já estavam contemplados noutros programas. Entenda Senhor Presidente, que Vossa Excelência em termos de planeamento anda de facto perdido, isto começa a ser óbvio para mim, para o PS e para os famalicenses. -

**---PEDRO SANTOS (PSD)** – Este Contrato de Concessão da Exploração para fins publicitários de mobilidade urbana, entre a Câmara Municipal e a ENIF, foi deliberado por unanimidade a 9 de novembro de 2011. De 2011 até à presente data, tem havido algumas alterações, é verdade, sendo necessário à sua aprovação pela Assembleia Municipal. Atualmente verifica-se a necessidade de ajustar o Contrato, decorrente da necessidade de se instalar mobiliário urbano adaptado à evolução da Cidade e que tem sido feita no sentido de implementar os modos suaves de circulação e de fomentar o uso de transportes públicos. ----

O que este contrato altera, é no essencial o seguinte:-----

- Que o concessionário, construa e instale abrigos em vez da construção de placares em pavilhões desportivos propriedade do município, que se entenda agora menos necessários, correspondendo assim, à uniformização do mobiliário já existente, com a colocação de abrigos na Avenida de França, bem como, proceder-se à alteração da localização do abrigo de passageiros que se encontra junto à Escola D. Sancho I, e coloca-lo na paragem contígua ao Campo da feira por uma outra iniciativa, que entretanto a Câmara Municipal tem de projeto já para iniciar a execução e portanto, desloca este abrigo para outro local e que entretanto neste local em concreto já não é necessário. -----

- Pelos placares em piscinas propriedade do município, instale abrigos na Avenida Eng.º Pinheiro Braga. -----

- Por força da alteração aos abrigos necessários, construa e instale bicicletários, estimulando a circulação suave. É disto que nós estamos a falar. -----

O conceito de mobilidade sustentável, cada vez mais presente nas políticas e estratégias territoriais, pressupõe que os munícipes, disponham de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade que lhes proporcionem deslocações seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis e custos acessíveis. Implica, ainda, que a sua mobilidade se exerça com eficiência energética e reduzidos impactos ambientais. A implementação de políticas que visem estes objetivos pressupõe a aplicação quer de novos e harmonizados conceitos, instrumentos e técnicas, quer também, a passagem do discurso à ação no terreno. Mas acima de tudo o que é imperativo é conquistar a sociedade civil para uma nova cultura de mobilidade sustentável, quer pelo fomento da utilização dos transportes públicos, quer pela atratividade pela utilização de transporte suave, bicicletas, que aqui se promove. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Eu não era para vir pela segunda vez, mas parafraseando o ilustre Deputado que me antecedeu, com um termo que lhe é especialmente caro, eu queria explicar uma vez mais e de forma mais concreta. Que é nefasto mandar fazer há relativamente pouco tempo quatro placares e deixar os famalicenses à chuva nas paragens dos autocarros, e agora perceber que o erro dos placares, o tal marketing de promoção foi um erro e a bem reconhecer que é tempo de mudar para os seis abrigos, esses sim fazem muito mais falta. Mas é nefasto que Vossa Excelência, desautorize Vossa Excelência e em tão pouco tempo, isto é que é nefasto, isto é que são parcelas nefastas, que é o Senhor Presidente diz e desdiz, faz e desfaz e também é nefasto que não consiga planear de momento nada certo, vai por tentativas. -----

**---TÂNIA SILVA (CDU)** – Relativamente a esta proposta, esta é uma proposta que não apresenta na verdade consequências financeiras aos famalicenses e, portanto, tratando-se também de uma proposta que a população sai beneficiada, naturalmente que a CDU não vê qualquer oposição à mesma. Aliás, já há uma interlocução que nós aqui fizemos relativamente à questão dos transportes, deixamos um alerta e a necessidade urgente de reforçar aquilo que é os abrigos nesta Cidade. Mas deixava também o alerta e convidava este Município também a não olhar só para o Centro Urbano, olhar também para as Freguesias, até porque nós temos alguns exemplos de algumas Freguesias em que no sentido, por exemplo, Braga-Famalicão é revestido de abrigos e no sentido oposto não acontece. Deixava ainda o alerta para o número de estacionamento para bicicletas, neste caso vinte e quatro mais doze, lembrar ao Município que nós ainda não somos uma Cidade com uma política para a utilização da bicicleta. Portanto, não podemos começar a casa com o telhado, podemos dar passo a passo, mas este número provavelmente é exagerado ainda para a política da utilização da bicicleta que hoje temos nesta Cidade. -----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Eu na realidade não vinha cá também, mas é tanta a confusão que é levantada por uma coisa tão simples que me fez vir cá. A última alteração contratual se não estou enganado é de 2019, foi feito um ajuste, nestas questões de publicidade e de equipamentos urbanos, como todos devem compreender não é uma coisa estática, é uma coisa que vai evoluindo de acordo com as necessidades, esta firma não está a fazer nenhum favor ao Concelho, tem que ter contrapartidas, tem que ter retorno

publicitário, de qualquer modo vai fornecendo equipamentos à Cidade. Ora, nós estamos neste momento, a fazer a revisão ao contrato após umas grandes obras, concorde-se ou não se concorde não é isso que está agora em causa, mas umas grandes obras que a Cidade está a ter e, portanto, é preciso reajustar os equipamentos à necessidade da nova Cidade, vamos-lhe assim chamar. É isto que aqui está em causa, é uma série de ajustes dos equipamentos que existem e de outros que são necessários com vista a colmatar o tal plano, que diz que não existe, mas existe, o tal plano para a Cidade. Por isso, eu julgo que é muito simples e perfeitamente natural que isto aconteça, e outras alterações de certeza absoluta irão existir mais ano menos ano. -----

**---JORGE COSTA (PS)** – Senhor Deputado, Arq. António Meireles, se calhar não me ouviu, é que nós dissemos que isto era positivo, nomeadamente, não fazer cartazes e fazer abrigos para passageiros, demos inclusive um exemplo concreto. Eu volto a repetir para quem não conseguiu ouvir, o problema é que isto é uma gestão *adoc*, nós andamos aqui a reboque das coisas, não planeamos com tempo, não fazemos a pensar, não gerimos os dinheiros de uma forma eficiente, e isto, começa a ser óbvio aqui ou ali, quando Vossa Excelência diz, uma minudência, todo o dinheiro público, todo ao tostão, ao cêntimo, não é nem nunca será uma minudência, porque esse dinheiro é nosso e é dos famalicenses que nos estão a ouvir lá em casa. -----

**---ARMINDO GOMES (CDS)** – Dr. Jorge Costa, eu não tinha intenções de vir a este púlpito hoje falar praticamente sobre nada, porque eu amanhã tenho que me por a pé às seis e meia da manhã, fiz essa promessa comigo mesmo que amanhã é dia de trabalho, para quem se põe a pé às dez horas não faz diferença, mas para quem se levanta às seis e meia há uma pequena diferença. -----

Dr. Jorge Costa, eu não concordo com esta sua linguagem, até pela sua formação académica, você fala aqui em gestão *adoc*, trata o Senhor Presidente de Câmara como seja um Vereador no tempo em que você foi poder na Câmara Municipal de Famalicão, não deixou ficar desejos nenhuns, ninguém tem desejos de si como Vereador quando você esteve no poder, pode crer que os famalicenses têm fraca impressão de si. Agora, daqui por vinte anos se você for poder, se ainda for vivo e nós andarmos por cá, depois vai gerir a Câmara e a Vereação como bem entender. Neste momento, os famalicenses, deram votos à Coligação

PDS/CDS, nós vamos governar durante mais três anos, o senhor pode discordar ou concordar, pouco me importa, só que, não tem o direito de chegar aqui e tratar o Senhor Presidente de Câmara como seja um miúdo.-----

---**JORGE COSTA (PS)** – Ora bem, eu não queria começar a latinar na Assembleia, *adoc* significa decisão tomada na hora, casuística, uma a uma sem pensar no todo, uma decisão singular, bom, mas eu não queria vir para aqui dar escola. De qualquer das formas, é só para lembrar o seguinte, Senhor Deputado, ainda que Vossa Excelência fique incomodado aqui e mais alguns parceiros, nomeadamente do CDS, que ficam muito incomodados, eu queria lembrar-lhe que o seu mandato em termos de legitimação é igualzinho ao meu, os famalicense deram ao PS um mandato para fiscalizar esta Câmara e dizer Senhor Presidente da Câmara está errado, e nós sempre que assim o entendermos honrando a total e santa legitimidade dos votos em urna dos vinte e muitos mil famalicense que disseram, queremos que fiscalizem esta Câmara que há vinte anos anda aí em desvario. E portanto, esse número de pessoas que votou em nós, pode estar certo e eu agora digo olhos nos olhos aos famalicense lá para casa, pode estar certo que nós vamos fiscalizá-la. Não gostam, paciência, mas a nossa missão é para nós um desígnio sagrado, constitucional, democrático que nós vamos levar ao fim com seriedade, empenho e abnegação com o Socialismo. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Senhor Doutor Jorge Costa, Deputado do Partido Socialista, eu sei que você gosta muito da sua terra que é Fradelos, mas a linguagem que usa aqui na sua terra se calhar ninguém leva a mal, gente ligada à terra, gente de bem, gente simples. Agora, você está aqui a falar numa Assembleia Municipal para os famalicense, para os Deputados e Presidentes de Junta, você se ouvir a gravação nesta discussão que você apresenta neste púlpito, ou depois quando chegar a ata, você acha que isto é correto o que vem a este púlpito dizer Dr. Jorge Costa, nós consideramo-nos muito um ao outro, mas politicamente não, pode crer, estamos às avessas. Esta linguagem que você usa aqui fica-lhe mal, e eu tenho que chamar à atenção que é minha obrigação, fica-lhe mal, fica mal para os famalicense e para quem nos ouve, porque depois temos de descer todos ao mesmo nível para lhe responder à letra, isso eu não queria fazer. -----

---**JORGE COSTA (PS)** – Senhor Deputado, só mesmo para esclarecer, aquilo que não agrada a Vossa Excelência para mim são rosas que me caem. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO PARA FINS PUBLICITÁRIOS DE MOBILIÁRIO URBANO, CELEBRADO A 6 DE JANEIRO DE 2012 COM A SOCIEDADE ENIF – EMPRESA NORTENHA DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO, LDA, NOS TERMOS DA ALÍNEA P) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS. -----**

**---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 1, DO ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Só para referir, tal como sucedeu aqui na Freguesia de Famalicão e Antas nesta área urbana, bem como em Riba de Ave, queremos também acrescentar a Vila de Joane e o eixo Bairro-Delães, por forma, a que possamos catalisar os processos de reabilitação nestes espaços. -----

**---JOSÉ PEREIRA (PS) –** Nós estamos aqui a discutir e vamos discutir os dois pontos que têm a ver com os dois instrumentos que são essenciais, ou pelo menos um dos instrumentos entre muito outros relativamente, digamos, de requalificação urbanística que possa dotar necessariamente os privados, ou os proprietários sejam necessariamente privados, ou digamos, entidades comerciais ou empresariais para aquilo que é a reabilitação. Eu queria só fazer aqui uma precisão na documentação que nos chegou, há ali uma imprecisão, salvo erro que diz que de facto a discussão pública acabou em 4/1/2021, eu presumo que seja 2022, nas duas propostas há um ligeiro equívoco e solicitava a devida correção porque não coincide com o período de abertura e com a deliberação que foi dada quer em Câmara quer em Assembleia para a discussão, presumo que se trata necessariamente de uma imprecisão de

data, mas convém necessariamente em documentos desta natureza que a mesma seja obviamente fiel àquilo que de alguma forma tem. -----

- O que é que o PS tem a dizer sobre estas questões, de facto, há aqui um conjunto de instrumentos que a Câmara tem, já o fez para Famalicão, para Riba de Ave, falta Ribeirão e falta eventualmente outras Freguesias, no sentido de avançar assim com as áreas de reabilitação urbana ou delimitação das mesmas para que depois os seus proprietários possam recorrer, eventualmente, a um conjunto de instrumentos e benefícios que seja por via fiscal ou de acesso a outros programas para a reabilitação, e assim, dar um certo dinamismo àquilo que são os centros urbanos porque estamos a falar necessariamente de imóveis. A questão que nós estamos aqui a discutir, é precisamente todo o procedimento da discussão pública, e nesta matéria, aquilo que o PS tem a dizer é que a Câmara está estritamente a fazer serviços mínimos, mas o PS quer que a Câmara faça serviços máximos. O que é que quer dizer isto e passamos a explicar, entendemos que, das propostas que foram a discussão e daquilo que foi o resultado da auscultação pública, nós verificamos só apenas e só na área de realização urbana do eixo Bairro-Delães, apenas e uma proposta da discussão pública foi a única coisa que resultou. Eu penso que são assuntos e são temas de uma relevância e a razão pela qual nós pedimos à Câmara que tenha uma atitude de serviços máximos nesta matéria, e queremos dizer o que são serviços máximos, são necessariamente auscultação de uma forma intensa de todas as comunidades sobre as quais versam estas propostas e estes projetos de intervenção. E, portanto, pressupomos e a questão que colocamos ao Senhor Presidente, é se as Assembleias de Freguesia se pronunciaram de forma institucional relativamente a estas matérias. Entendemos que existem outras formas de auscultar a comunidade, não só pelo cumprimento daquilo que legalmente está vinculada a Câmara a fazer esta auscultação, mas entendemos que a Câmara deve ser um bocadinho mais ativa, mais proactiva e criativa naquilo que são os instrumentos e as formas de auscultação da comunidade como um todo, portanto, é isso que desafiamos em futuras decisões ou em futuros projetos que venham desta dimensão e desta natureza, que de facto, cumpram aquilo que nós, no PS, entendemos por serviços máximos na auscultação. Não temos que ter medo de abrir a discussão de uma forma mais intensa, mais transparente e não ficarmos refém apenas dos procedimentos legais mínimos e razão pela qual. Portanto, isso é aquilo que nós necessariamente desafiamos e

também dizermos, deixarmos aqui alguns aspetos e alguns contributos do PS porque o PS discute as questões com profundidade, vimos cá sempre que for necessário discutir as questões custe o que custar, crie ou não crie mau estar, é aqui a casa da democracia e é aqui que nós temos de dizer aquilo que pensamos sobre os assuntos em questão, isso em discussão e, portanto, não nos vão delimitar naquilo que é o nosso exercício de fiscalização intensa, assertiva e contínua da ação do executivo. Estes projetos, Senhor Presidente, nós queremos e o PS desafia para que sejam cada vez mais ágeis e rápidos, até porque as condições de contexto se alteram de uma forma muito dinâmica, nós temos hoje em dia aquilo que é as possibilidades quer dos privados, quer dos comerciantes ou empresários, relativamente ao recorrer a este tipo de instrumentos e de apoios por via de benefícios fiscais, em sede de IVA, IMI e IMT, enfim, e outros programas mas perdem a sua relevância do contexto quando as condições de mercado se alteram como todos nós vemos no atual contexto, e, portanto, torna menos apelativo daquilo que é a alocação de recursos financeiros por parte de quem de boa hora quer intervir no seu espaço reabilitado, é nessa situação que queremos que sejam processos ágeis, rápidos e que a Câmara e o trabalho do ponto de vista técnico de forma a corresponder àquilo que são os anseios e às expectativas. E por aquilo que aqui foi dito e dito aqui na ótica do PS, nós iremos abster-nos nestes dois pontos. -----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, eu compreendo perfeitamente e como sabe estou por dentro desta área, compreendo perfeitamente que a maior dos Deputados nesta sala tenha alguma dificuldade, não será o seu caso, em perceber exatamente do que é que estamos a falar e que instrumentos são estes. Obviamente, que não vou estar aqui a fazer uma explicação técnica porque aqui a casa pede isso. Mas o que lhe posso dizer Senhor Deputado, é que nós estamos a falar de vários instrumentos urbanísticos desde ARU, ERU, PERU, estamos aqui a falar de uma série de coisas que têm um certo calendário de execução e que têm uns certos subjetivos, faço um aparte aqui, que eu acho que são figuras a mais urbanísticas para os objetivos, o simplex que o PS e bem lançou em tempos, já há muito que virou complex outra vez e nós estamos cada vez piores, então no campo do urbanismo e na gestão urbanística estamos cada vez piores porque todos os dias há nova legislação e legislação só para complicar, e é o caso. Estes instrumentos que seguem e que seguem uns atrás dos outros só servem para complicar, não para agilizar, mas para atrasar os

processos. No entanto, a lei define-os e marca timings a eles, e esses timings têm sido cumpridos escrupulosamente pela Câmara Municipal. Em termos de urbanismo, eu não gosto de urbanismo em termos profissionais, porque o urbanismo é uma atividade muito lenta, eu gosto mais da arquitetura propriamente dita que é uma atividade mais rápida. Mas compreendo que o urbanismo tenha que ter os seus tempos, porque nós estamos a definir o território e não é para dois anos, não é para dez anos, é para muitos anos, estes são instrumentos de aplicação lenta no território e por isso, têm de ser bem ponderados. Por isso estes estudos demorarem o seu tempo é benéfico, porque às vezes é preciso pousar o processo em cima da mesa um bocadinho para ele maturar e ganhar mais corpo como se costuma dizer. A Câmara tem vindo a fazer desde há bastante tempo, tem sido mais concretamente desde 2019, preparar estes processos e dar-lhes seguimento. Como o Senhor deve ter visto, os centros ARU dos centros de Riba de Ave e Oliveira S. Mateus são agora completados com as discussões pública. Temos também o centro urbano de Famalicão que é o que está mais completo, porque já vamos na fase do PERU. Joane está na fase do ERU de discussão pública, e por isso, todos estes instrumentos são necessários e têm os seus timings, eu julgo que nesse aspeto a Câmara está a proceder bem, porque está a desenvolver obviamente os diversos estudos. Agora, é claro que há opções, há opções urbanísticas, há opções de apoios etc., e isso também faz parte desses estudos, mas está perfeitamente claro nesta discussão pública que acabou agora. Na realidade em Joane não tivemos a participação de ninguém na discussão pública e em Oliveira S. Mateus tivemos uma participação, participação essa legítima de uma firma que tem terrenos próprios e não gostou da situação que a Câmara propôs, é legítima, mas pode não representar o bem-estar da população em geral. Por isso, Senhor Deputado, eu julgo que estamos no bom caminho, estamos a fazer os estudos que são necessários e assim vamos preparando o território para o futuro. -----

**---JOSÉ PEREIRA (PS)** – Senhor Deputado, António Meireles, nunca ouvirá da boca do PS qualquer declaração de intenção à maior ou menor capacidade de todos os deputados aqui presentes e dos famalicenses que nos estão a ouvir. Para mim, merecem-me todos absolutamente, qualquer tipo de respeito relativamente à amplitude do seu intelecto, e, portanto, não o farei nunca, nem ouvirá da boca do PS relativamente qualquer considerando em relação a isso. -----

- Aquilo que eu disse, eu não vou discutir a questão na substância do ponto de vista técnico, que aliás nem é isso que está em discussão, estamos em discussão na aprovação daquilo que foi o prazo de discussão pública, e é sobre esse, que necessariamente eu vim pronunciar-me e que fizemos uma crítica objetiva à Câmara. Do ponto de vista do PS, preocupa-me a mim e preocupa o Grupo Municipal, e seguramente, preocupará muito os outros famalicenses pelo facto de não existirem considerandos, ou pronúncias, ou reclamações sobre o processo de uma área urbana onde habita um número significativo de pessoas, e estamos a tratar daquilo que são as áreas de reabilitação e a sua delimitação, que é aquilo que poderá ficar incorporado ou não. Muitas das vezes não estamos a discutir a proposta em causa, mas são questões de enorme relevância para quem tem necessariamente património e poderá ou não por essa via requalificar, ou recorrer a mecanismos de eficiência energética, enfim, dotando necessariamente as suas habitações desse ponto de vista. Portanto, estamos a falar desse tipo de situação e preocupa-me de facto, do eixo Delães-Bairro, apenas um e é uma empresa com os seus interesses, apresenta uma proposta e bem, foi recusada com um parecer técnico perfeitamente incontestável relativamente á pretensão do mesmo, mas a nós preocupa-nos é sobre esse aspeto, eu seguramente também sei que preocupa o Senhor Deputado, não havendo vitalidade de cidadania no sentido de questões tão relevantes para aquilo que é necessariamente o nosso património, o nosso espaço, é a nossa mundividência e é o espaço onde nós coabitamos, isso seguramente preocupará o PSD relativamente a isso. Presumo eu, que também terá interrogações relativamente ao processo, será que foi bem feito, será que foi, enfim, dado as circunstâncias pandémicas que atravessamos, dado um conjunto de constrangimentos que temos, de facto essa discussão foi furtiva e aberta. É isso que o PS vem aqui dizer, é que há, de facto, outro tipo de instrumento, e a Câmara tem obrigação de ser criativa, ser audaz, e tem outro tipo de instrumentos para possibilitar uma discussão muito mais viva e sem qualquer tipo de problema porque isto interessa necessariamente a todos e nomeadamente, aos proprietários.-----

**---ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** – Senhor Deputado, eu não pus em causa isso, eu não pus em causa, e se me fiz entender mal peço desculpa, a posição do PS e o que o PS disse. O que eu disse, foi que em minha opinião, a tramitação dos processos e o método que a Câmara utilizou que estava correto em minha opinião, pode não ser a opinião do PS, é na

minha opinião. Relativamente à participação, essa é uma outra discussão, porque a participação das populações, seja no que for, reflete-se por exemplo na abstenção nas eleições. Portanto, não é um problema só disto, é um problema muito mais lato, que eu até gostaria que discutíssemos um dia esse problema. E vou-lhe dar um exemplo, embora eu esteja aqui na Assembleia Municipal, relativamente a um processo deste tipo, um processo urbanístico, eu sugeri por escrito no local certo à Câmara alterações, não foram aceites, mas sugeri, é o que a população tem de fazer. Agora, estou certo que a Câmara Municipal ouviu os Senhores Presidentes de Junta, ou pelo menos, com eles conversaram acerca deste ou daquele aspeto da sua Freguesia, parece-me lógico, não tem que haver uma consulta formal, pode ser até informal nos serviços do urbanismo esse tipo de consulta. Este é o método que está a ser utilizado, podia ser outro, se calhar podia, melhor, tenho as minhas dúvidas se seria melhor. Agora, é a minha opinião, não estou com isto a pôr em causa a sua opinião.----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE JOANE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 1, DO ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS. -----**

**---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO BAIRRO-DELÃES, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 1, DO ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RELATÓRIO DA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO URBANA DO EIXO BAIRRO-DELÃES, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NO N.º 1, DO ARTIGO 13.º, DO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA,**

**POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS, DA CDU, DOS PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES E A ABSTENÇÃO DO PS. -----**

**--- Aditamento à Ordem de Trabalhos da reunião extraordinária. -----**

**---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR UM PERÍODO DE 90 DIAS, DA COMISSÃO EVENTUAL DOS CRIMES COMETIDOS CONTRA PROFISSIONAIS DO ESTADO EM VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----**

**---POSTO Á VOTAÇÃO O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR UM PERÍODO DE 90 DIAS, DA COMISSÃO EVENTUAL DOS CRIMES COMETIDOS CONTRA PROFISSIONAIS DO ESTADO EM VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----**

**---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR UM PERÍODO DE 90 DIAS, DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO. (GRELHA E) -----**

**---POSTO Á VOTAÇÃO O PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO, POR UM PERÍODO DE 90 DIAS, DA COMISSÃO DE REVISÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE. -----**

**---APROVADAS EM MINUTA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.-----**

**--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----**

**-----DEPOIS DA ORDEM DO DIA -----**

**--- Para este período não houve inscrições e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e duas horas e quarenta e seis minutos. -----**

**----- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO -----**

**-----O SECRETÁRIO -----**

